



Editorial

Leituras do Deuteronômio

Com alegria trazemos a lume mais este número de *Pistis & Praxis*, com dossiê dedicado às leituras do Deuteronômio (דְּבָרִים — Devarim: Palavras em hebraico). Sete textos ilustram o tema, versando sobre variados aspectos deste Livro bíblico.

O artigo de Pedro Kramer “Compreensões da origem e legislação do Deuteronômio” apresenta o atual estado da questão do Livro do Deuteronômio. Duas linhas diferentes de compreensão revelam propostas que são diametralmente opostas. Uma é representada pelos exegetas Norbert Lohfink e Georg Braulik e seus seguidores e a outra é defendida por Eckart Otto e seus discípulos. As divergências se concentram sobretudo na definição da data e origem da composição, além da qualidade do material que seria original e sobre a adição de camadas literárias posteriores e do processo de formação do livro. O autor conclui que atualmente não há perspectiva de uma aproximação entre as duas propostas.

Ildo Perondi analisa a importância e o significado que a expressão “estas palavras” e o *Shemá* têm no livro do Deuteronômio. A primeira expressão tem o objetivo de introduzir os discursos proferidos por Moisés ao povo, antes da sua morte e antes do povo entrar na terra prometida, e assim conclui-se o Pentateuco e, por conseguinte, de toda a Torá que norteará a vida do povo de Israel. O *Shemá*, por sua vez, é a resposta do povo a YHWH, seu Deus, tornando-se a oração judaica por excelência. O *Shemá* é uma síntese da profissão de fé do povo israelita e o ponto central da espiritualidade judaica.

Júlio Paulo Tavares Mantovani Zabatiero com o artigo “Economia com justiça, solidariedade e generosidade (Dt 14:22-15:23)” faz uma exegese sócio-crítica da seção de 14,22–15,23 do Código Deuteronômico que propõe a estruturação da economia regida pela lógica da dádiva e que se contrapõe à lógica da dívida como se regia a economia e a política dos impérios do antigo Oriente. A proposta deuteronômica pretende restaurar a economia a partir de um projeto libertador, baseado no pacto com YHWH, contemplando categorias sociais marginalizadas,

como o pobre e o imigrante. A novidade desta seção é a construção de uma economia solidária baseada nos princípios da justiça, solidariedade e generosidade a fim de formar laços de dignidade na vida social dos membros do povo de Deus. Esta proposta ilumina os projetos atuais que buscam construir alternativas ao modelo capitalista neoliberal.

Valmor da Silva, em seu texto “O decálogo do Deuteronomio em comparação com o Êxodo”, analisa os acréscimos e modificações principais introduzidos no contexto e no texto do decálogo, pela versão do Deuteronomio (Dt 5,6-21), em comparação com a do Êxodo (Ex 20,2-17). Chega à conclusão de que as principais mudanças que cercam os textos do decálogo, com relação ao contexto, referem-se ao lugar geográfico, aos personagens que transmitem os mandamentos, ao contexto literário e às motivações teológicas. O artigo também analisa três preceitos específicos e as mudanças neles ocorridos, a saber, a guarda do sábado, honrar pai e mãe, não cobiçarás a mulher do próximo e não desejarás os bens.

Em “Práticas de solidariedade e a humanização da sociedade, Luiz Alexandre Solano Rossi, analisa os textos de Dt 24,14-15 e 17-18 com o objetivo de compreender situações de proteção aos mais vulneráveis pelo legislador deuteronomico. A tese é a de que a construção de uma sociedade sadia acontece preferencialmente a partir de medidas de proteção daqueles que vivem na periferia e estão, em razão disso, sem possibilidade de proteção externa ou de autoproteção exatamente porque se constituem seja como pessoas ou grupos fracos e/ou enfraquecidos e empobrecidos.

Leonardo Agostini Fernandes propõe que Dt 26,16-19 possui um vocabulário específico e determinante e próprio do livro de Deuteronomio, em seu artigo “A atualidade do "hoje" em Dt 26,16-19”. Por conta disso, admite, em particular, a sua capacidade de síntese do conjunto de leis contido em Dt 12–26. A obediência a YHWH não se faz pela força da lei, mas pela força do amor que está na base da eleição do “novo Israel”.

“Segen und Fluch in Deuteronomium 27–28” (Benção e maldição em Deuteronomio 27-28), de Rainer Kessler, divide Deuteronomio 27 e 28, de forma específica, maldições em 27,14-26 e bênçãos e maldições no capítulo 28. As maldições em caps. 27 e 28 são completamente diferentes em forma e função. Dt

27,14-26 enumera uma variedade de transgressões, todas sancionadas pela maldição. Todavia, Dt 28 conhece apenas uma transgressão, ou seja, não obedecer aos mandamentos divinos. Dt 28, em sua primeira parte, resume a teologia da bênção do livro de Deuteronômio. Em sua segunda parte, é completado pelas maldições. Tanto Dt 27,14-26 quanto Dt 28 formam uma inclusão em volta do Deuteronômio e sublinham sua unidade.

Concluído o dossiê, outros seis artigos ilustram a presente edição, com temas variados. Os pesquisadores Leno Francisco Danner (UNIR), Fernando Danner (UNIR) e Agemir Bavaresco (PUC-RS) tratam da sensibilidade epistemológico-moral do Papa Francisco frente à diversidade humana no artigo “*Who am I to judge?*”: *Pope Francis and the strong objectivity in theology*. Os autores consideram o cenário pós-metafísico e a evidência das diferenças como traço cultural recente; e opinam que o enfraquecimento da *objetividade forte* no que se refere à fundamentação do credo pelas instituições religiosas é o caminho pelo qual a renovação do papel político dessas instituições pode favorecer o fortalecimento da democracia, exatamente desde a esfera religiosa. Argumentam que o posicionamento de Papa Francisco — “Quem sou eu para julgar?” — representa um caminho sem volta às religiões institucionalizadas e universalistas no século XXI: moderar a fundamentação e a dinamização social do credo com vistas a proteger e a enfatizar a centralidade normativa e epistemológico-política das diferenças. A atitude do Papa remete à sua Encíclica *Amoris Laetitia*, estabelecendo uma dialética entre o institucionalismo forte e os fundamentalismos, de um lado, e as condições postas pelo pluralismo, de outro.

André Luiz R. da Silva (PUC-Rio) trata da Ampliação do conteúdo de aprendizagem segundo os Padres da Igreja, desde sua função de comentaristas do Antigo e do Novo Testamentos. Buscando linguagens e formulações adequadas ao mistério cristão, os autores patrísticos dialogaram com a cultura helênica e desenvolveram uma instrução compatível não apenas com a construção de uma hermenêutica bíblica, mas também com a habilidade de propor e testemunhar a Revelação em seus escritos. Hoje a Ciência da Educação encontra nesses autores de Roma, Alexandria e Hipona muitos subsídios para os processos de ensino/aprendizagem, entre os quais a técnica da *invention* aplicada à *paideia* cristã.

Os biblistas Vicente Artuso e Clovis Torquato Júnior (PUCPR), por sua vez, indagam-se sobre: *Como interpretar “ἐν ἐνὶ πνεύματι” e “εἰς ἐν σῶμα” em 1 Coríntios 12.13?* — Considerando as sete interpretações correntes deste verso, os autores analisam as várias traduções à luz do texto grego e da sintaxe. O trabalho evidencia a complexidade da tarefa exegético-hermenêutica de um texto relevante para a eclesiologia — desafio permanente para a atual exegese do Novo Testamento.

Francisca Cirlena C. Suzuki (PUC-SP) discorre sobre os “sinais dos tempos” (Mt 16,3) na constituição pastoral *Gaudium et spes* do Concílio Vaticano II, 1964. Em seu artigo *Os sinais dos tempos*, uma questão hermenêutica a autora relembra o contexto histórico-ecclesial em que nasce o referido documento conciliar, marcado pela alegria e esperança de um novo olhar da Igreja sobre o mundo. A reflexão repousa na questão hermenêutica da expressão “sinais dos tempos”, tomada do Evangelho, destacada por João XXIII e consagrada pelo Concílio como chave de discernimento para a vida e missão da Igreja na contemporaneidade.

O prof. Antônio R. Gusso (FABAPAR) segue no terreno das Escrituras com seu artigo *Unidade na diversidade: hermenêutica Bíblica nas Ciências da Religião e Teologia*, no contexto da Área 44 da CAPES. O autor examina, especialmente, as distinções entre Teologia e Ciências da Religião nos procedimentos de interpretação bíblica, aplicando o método da análise comparativa. Deste modo, é possível pontuar as diferenças mais marcantes. Por fim, o prof. Gusso pondera que há uma relação de unidade na diversidade entre Teologia e Ciências da Religião em matéria bíblica: o fato de ambas operarem com um objeto comum — a Bíblia — demarca não só as distinções, mas também as convergências, sempre instigantes à pesquisa de cunho interdisciplinar.

Por fim, temos um ensaio de Jaziel Gerreiro Martins (FABAPAR): *Uma reflexão sobre as igrejas isocristãs à luz do pensamento sobre o “demônico” em Paul Tillich*. O autor parte da hipótese de poder-se classificar determinadas expressões neopentecostais como “não cristãs” — por exemplo a Igreja Universal do Reino de Deus e a Igreja Mundial do Poder de Deus — que seriam qualificadas como igrejas isocristãs, ensaiando uma nova caracterização. A partir daí, Martins desenvolve uma reflexão sobre essas expressões isocristãs à luz do *demônico* de Tillich, uma vez que o demoníaco é um dos elementos utilizados por aquelas igrejas para elaborar suas

doutrinas e suas práticas culturais, sobretudo em face do outro considerado estranho à caracterização neopentecostal que ambas assumem.

A todos os leitores e leitoras, nossa estima.

ILDO PERONDI

LUIZ ALEXANDRE ROSSI

MARCIAL MAÇANEIRO